

Presidente do Bahia é denunciado na Procuradoria Geral da República

O presidente do Esporte Clube Bahia, Marcelo Guimarães Filho, se tornou alvo de uma denúncia endereçada ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Dois advogados baianos que moram em Brasília, Antonio Rodrigo Machado e Marcus Tonnae Silva, protocolaram uma notícia-crime às 15h57 da tarde desta quinta-feira (25) apontando possíveis crimes de estelionato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha cometidos pelo presidente.

Além do dirigente, também figuram o gestor de futebol Paulo Angioni, o coordenador da divisão de base Newton Mota e o delegado André Garcia, sócio-proprietário da empresa Calcio. A representação foi registrada como ENV/PGR-00024214/2013 e encaminhada à Procuradoria-Geral da República pelo fato de o presidente tricolor ter assumido o cargo de deputado federal no início deste ano, como suplente do PMDB.

A dupla de advogados pede que seja estabelecido um inquérito civil para apurar a atuação da empresa Calcio no clube, utilizando reportagens da imprensa local e nacional para indicar os fatos. As transações financeiras supostamente ilícitas foram denunciadas pelos repórteres André Uzêda, Daniel Dórea e Dassler Marques.

Em entrevista ao Bahia Notícias, o advogado Antônio Rodrigo Machado afirmou que o documento se refere a todo o sistema que envolve a Calcio, passando pela regimentação dos jogadores, indicação dos melhores jogadores da base para a diretoria do clube e o deferimento desses jogadores para a empresa. Segundo ele, as reportagens do Terra e do jornal A Tarde já indicavam todo o esquema. Com a notícia-crime, eles apenas indicaram o possível cometimento dos crimes. O advogado afirma também que, além do papel como torcedor do clube, há um dever como cidadão de levar a situação ao conhecimento das instituições competentes. Agora, cabe à Procuradoria investigar os possíveis crimes cometidos pela gestão tricolor.

"Há uma brincadeira com uma das maiores instituições da Bahia e, como torcedores e cidadãos, não podemos ficar calados e entendendo tudo como algo normal. É uma falta de respeito com o torcedor. Se há uma

unanimidade entre a torcida do Bahia, é que Marcelo Guimarães não faz bem e não respeita a torcida, e se utiliza do Bahia para fins pessoais."

Contatado pelo Bahia Notícias, o advogado Marcus Tonnae Silva afirmou que todos estão insatisfeitos com a gestão do presidente. Tonnae afirma que a ideia é tomar uma atitude contra o mau momento do tricolor dentro e fora de campo e fazer com que o presidente sinta que a torcida do Bahia é grande demais para o que ele tem feito.

Confira os principais trechos do documento:

"No Esporte Clube Bahia não existem eleições diretas e as regras para associação são nebulosas e tratadas como uma extensão do patrimônio da já abastada Família Guimarães, há quinze anos no comando do clube e envolvida em diversas investigações na Polícia Federal, a exemplo da Operação Jaleco Branco.

A gestão do Presidente do Esporte Clube Bahia se reveste das mais diversas formas de obscurantismo, mas sua ofensa não fica restrita apenas a não participação dos torcedores no processo político interno. Recentemente, a imprensa trouxe a público uma verdadeira rede de interesses financeiros envolvendo jogadores da base do Esporte Clube Bahia através de uma empresa privada: a CALCIO.

O objeto dessa representação são os reais beneficiários das movimentações financeiras da empresa CALCIO ESPORTES E INVESTIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.543.880/0001-94.

O endereço da empresa em questão coincide com o da OAS Imóveis, de acordo com nota publicada pela própria construtora em 29 de março de 2009 em seu site. O detalhe é que a OAS é um dos principais patrocinadores do E. C. Bahia desde o início da gestão de Marcelo Guimarães Filho e tem mantido uma série de parcerias com o Deputado Federal, noticiado.

A localização idêntica entre os endereços da empresa CALCIO e a maior patrocinadora do Esporte Clube Bahia não é apenas o único indício da prática de atividades obscuras. Uma das características da referida empresa é a ausência de requisitos formais de existência. Em sua sede

oficial, não há qualquer placa de identificação ou funcionários que respondam por suas atividades. É uma empresa com sede inexistente e sem atividades explicitamente regulares, conforme reportagens que serão apresentadas.

Outro traço peculiar da CALCIO é o fato de que seu sócio-proprietário, André Silva Garcia, era um ilustre desconhecido no mercado de futebol da Bahia até o ano de 2011. Delegado da Polícia Civil, o dono da CALCIO tem como grandes atributos empresariais o seu posto de conselheiro do E.C. Bahia e a sua estreita relação de amizade com o Deputado Marcelo Guimarães Filho.

As transferências dos meio-campistas Gabriel e Filipe valeram à Calcio mais de R\$ 850 mil. A empresa havia sido fundada em 15 de abril do ano anterior com um investimento inicial declarado de R\$ 10 mil.

As matérias jornalísticas apresentadas indicam um suposto sistema organizado de utilização da gestão no Esporte Clube Bahia em proveito pessoal. Em tese, a arregimentação de atletas funcionaria assim: 1. Jogadores ainda crianças ou adolescentes chegam ao Esporte Clube Bahia para fazer parte das categorias de base; 2. Os mais promissores seriam encaminhados pela direção comandada pelo Deputado Federal Marcelo Guimarães Filho para a empresa CALCIO, que passaria a deter uma alta percentagem sobre os direitos econômicos/federativos dos jogadores; 3. Com a venda das promessas, o percentual devido a CALCIO seria repartido entre os “sócios” não formais da empresa.

De acordo com as notícias apresentadas, o parlamentar estaria se utilizando do cargo de presidente do E. C. Bahia para ter acesso privilegiado aos direitos econômicos dos jogadores em início de carreira e, em tese, fechar ótimos contratos com uma empresa criada para gerenciar os seus interesses privados.

As ações trazidas à superfície em virtude da investigação traduzem uma suposta utilização de artifício destinado à obtenção de vantagem financeira indevida em prejuízo dos associados do clube e mediante atuação no cargo de Presidente do E. C. Bahia.

Além disso, há indícios de que houve informação inexata de operações e o recebimento de dividendos sem o recolhimento dos tributos devidos pela empresa CALCIO, com possível prejuízo ao erário.

Por fim, as reportagens sugerem a dissimulação da natureza, origem e movimentação dos valores provenientes da transferência de percentuais dos direitos federativos/econômicos de atletas do E. C. Bahia à empresa CALCIO."